



A EVASÃO ESCOLAR NA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC: DESAFIOS CURRICULARES

Douglas Branco Camargo¹ SMEBC
Mônica Piccione Gomes Rios² UNOESC

Resumo: A presente pesquisa teve por objetivo investigar os desafios curriculares relacionados à evasão escolar dos alunos matriculados na 1ª série do ensino médio, entre os anos de 2007 e 2009, no município de Joaçaba, Santa Catarina. A metodologia foi a quali-quantitativa, tendo como técnicas a análise documental, que considerou os dados quantitativos que contribuíram para identificarmos o número total das matrículas e dos jovens evadidos da 1ª série do ensino médio no período de recorte da pesquisa, e a entrevista semiestruturada com gestores, coordenadores pedagógicos, orientadores pedagógicos, supervisores escolares e professores. A análise dos dados revelou alguns aspectos determinantes, sendo destaques as políticas públicas que efetivem condições para educação pública de qualidade garantindo o acesso, permanência e sucesso escolar dos jovens; as práticas curriculares desenvolvidas no cotidiano escolar; e a compreensão do processo de desenvolvimento do jovem, a ser conquistado com políticas públicas que constituam o ensino médio como um nível de ensino que prepare os jovens para os desafios da vida e do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Currículo. Ensino médio. Evasão escolar.

INTRODUÇÃO

O panorama da educação nacional vem mudando, oportunizando-nos reconhecer a importância das mobilizações da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Para a afirmação desta ideia, recorreremos à legislação vigente e a autores como Abramovay e Castro (2003), Frigotto (2004) e Kuenzer (2007), que apresentam considerações à atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, que também determina políticas públicas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, preconizando objetivos e metas a serem alcançados pelos entes federados.

Observamos que com a LDB 9.394/96, passamos a ter um conceito de Educação Básica que compreende três níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. Esse novo conceito “não se trata de uma educação qualquer, mas da que

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Assessor Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, SC, Rua Alvin Bauer, 480, Bloco A, Centro, 88330-643, Balneário Camboriú, SC; douglascamargo998@hotmail.com

² Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000, Joaçaba, SC; monica.rios@unoesc.edu.br

atenda, com a necessária qualidade, às necessidades básicas de aprendizagem [...] focalizada, sobretudo nos grupos socialmente menos privilegiados” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003, p. 21). No que tange ao ensino médio, “caso ela fosse assegurada a todos, o que na realidade não ocorre” (KUENZER, 2007, p. 33), cresce a precarização do ensino, evasão escolar e a exclusão.

A LDB 9.394/96 favorece ao ensino médio uma educação na diversidade e para a diversidade em que os professores: a) sejam capazes de auxiliar os educandos a se desenvolverem como pessoas, mediante aquisição e o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, tanto cognitivas como de autoconhecimento, de autonomia pessoal e intelectual e de socialização; b) reconheçam na escola as diferentes capacidades, habilidades, estilo cognitivo e de aprendizagem, motivações, expectativas, valores culturais de todos os educandos. A escola, para alcançar esses caminhos necessita considerar a individualidade, a heterogeneidade e a coletividade dos sujeitos a que atende, o que implica repensar as práticas curriculares desenvolvidas no cotidiano.

Para as autoras Abramovay e Castro (2003), o país caminha para a universalização e consolidação do ensino fundamental, cujo contingente de jovens é expressivo. Quando egressos do ensino fundamental, muitos desses jovens imbuídos do desejo de novas oportunidades ingressam no ensino médio, sendo responsabilidade do Estado atendê-los. Para tanto, torna-se fundamental reparar as deficiências do ensino médio, garantindo qualidade, democratizando-o e tornando-o digno para oferecer atendimento com plenitude aos jovens cidadãos. Contudo, o que se percebe é que a universalização da Educação Básica se depara com os inexpressivos avanços de qualidade e investimentos.

É importante destacar a necessidade da criação de condições para a oferta da Educação Básica de qualidade como um direito social. Contudo, no que tange às políticas públicas, essas vêm atendendo aos problemas, que são históricos, de maneira tímida e longe da universalização desejada, o que assume dimensão ainda mais crítica quando consideramos a importância da educação e o impacto positivo que ela proporciona na qualidade de vida e renda dos indivíduos que a conquistam.

A evasão escolar é um dos problemas que atravessam a história. Governo e sociedade precisam atuar de forma articulada para a superação desse cenário que reflete uma lógica excludente. Então, a pesquisa que ora apresentamos é o meio que encontramos para investigarmos com fundamentação científica o tema que articula o currículo e a evasão escolar na 1ª série do ensino médio, tendo como problema de pesquisa: Quais os principais

desafios curriculares relacionados à evasão escolar dos alunos da 1ª série do ensino médio no município de Joaçaba - SC?

Nessa perspectiva, foi necessário conhecermos a realidade das escolas públicas de ensino médio que participaram da pesquisa e, desse modo, apoiados por uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa, coletamos os dados por meio de análise documental e entrevista semiestruturada. Esta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, porém, na execução da pesquisa foi necessário também empregar a abordagem quantitativa para encontrarmos os índices da evasão escolar dos alunos matriculados na 1ª série do ensino médio, entre os anos de 2007 a 2009, no município de Joaçaba, SC. Embora distintas, as abordagens se complementam. Então, a construção lógica desta pesquisa necessitou num primeiro momento, utilizar-se da abordagem quantitativa, a fim de identificar as principais causas e os índices da evasão escolar da 1ª série do ensino médio das escolas públicas de Joaçaba, entre os anos de 2007 a 2009. Recorremos ao gestor da Gerência Regional de Educação - GERED, aos gestores das escolas estaduais de ensino médio para apresentarmos a pesquisa e solicitamos sua colaboração na realização da mesma, no que tange a concessão de autorização para a sua realização. Os gestores demonstraram interesse pela pesquisa e nos possibilitaram acesso aos documentos que continham os dados sobre o número total de matrículas e o número de jovens que se evadiram da 1ª série do ensino médio entre os anos de 2007 a 2009.

No segundo momento da pesquisa, realizamos a entrevista semiestruturada com um total de 11 (onze) sujeitos, sendo 02 (dois) gestores escolares, 02 (dois) coordenadores pedagógicos, 06 (seis) professores das escolas públicas de ensino médio e 01 (um) gestor da GERED do município de Joaçaba. Para efeito da análise, os participantes da pesquisa foram identificados pelas iniciais referentes às respectivas funções, acompanhadas de índices numéricos.

OS DESAFIOS CURRICULARES FRENTE À EVASÃO ESCOLAR

Para melhor compreendermos o ensino médio e os desafios curriculares, registramos que esse é o terceiro nível do ensino que todo cidadão brasileiro tem direito após a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96. Destacamos que esses documentos são fruto das mobilizações do Estado e da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX e do início do século XXI, que proporcionaram à sociedade brasileira importantes mudanças na sua estrutura social, não deixando de fora a educação nacional.

A LDB 9.394/96 e as políticas públicas para os três níveis de ensino da Educação Básica são focadas para cada nível. Assim sendo, o ensino médio, como último nível de

ensino da Educação Básica, é contemplado de acordo com as suas especificidades que visam garantir ao jovem a formação básica para o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho, a serem desenvolvidos através da educação tecnológica, científica, letras e artes, do processo de transformação da história, sociedade e cultura, da língua portuguesa como instrumento de comunicação para o acesso ao conhecimento, e o pleno exercício da cidadania. Integrado à Educação Básica pela LDB 9.394/96, o ensino médio torna-se gradativamente obrigatório e gratuito aos jovens de 14 a 17 anos.

A LDB 9.394/96 apresenta o ensino médio como um nível de ensino intermediário, situado entre o ensino fundamental e a educação superior, o que indica que este nível de ensino precisa definir sua finalidade. Esta situação vai ao encontro dos objetivos de trabalhos como Frigotto (2004), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Kuenzer (2001), que compreendem o ensino médio como um nível de ensino importante no processo da formação e desenvolvimento do conhecimento pessoal e profissional do jovem, implicando em transformações de vida e da sociedade.

De acordo com Abramovay e Castro (2003), muitos jovens revelam que as escolas de ensino médio constituem um espaço, muitas vezes, distante das suas realidades e dos seus interesses, tornando-se um local de conflitos e realidade excludente. Nessa perspectiva, as escolas de ensino médio necessitam utilizar da flexibilidade, focando nas necessidades da idade dos seus alunos, estar sob uma gestão democrática, estimulando o desenvolvimento pessoal e coletivo dos jovens, por meio de uma proposta pedagógica que contemple um currículo diversificado, e que os processos do ensino e da aprendizagem, trabalhem o desenvolvimento integral dos sujeitos. As políticas públicas para o ensino médio necessitam, da mesma forma, compreender o fenômeno dos jovens na contemporaneidade, para direcionar seus objetivos e metas, garantindo a todos os cidadãos o acesso e a permanência em uma escola que ofereça um ensino médio de qualidade sociocultural. De acordo com Arroyo, citado por Rios (2001), a qualidade sociocultural do ensino,

Passa pela 'construção de um espaço público, de reconhecimento de diferenças, dos direitos iguais nas diferenças' e, mais especificamente na contemporaneidade, pela 'renovação dos conteúdos críticos e da consciência crítica dos profissionais', pela 'resistência a uma concepção mercantilizada e burocratizada do conhecimento', pelo 'alargamento da função social e cultural da escola e intervenção nas estruturas excludentes do velho e seletivo sistema escolar (ARROYO apud RIOS, 2001, p.74-75, grifos do autor).

Junto à qualidade sociocultural, a escola precisa considerar os processos bio-psico-sociológicos elementares como fatores do desenvolvimento humano, resultantes da inserção

do homem ser vivo, social e detentor de história em um contexto social. Para Vygotsky (1999), o ser humano constitui-se enquanto tal, na sua relação com o outro social. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o ensino médio precisa estruturar-se como um período de incentivo à aprendizagem social subjetivamente significativa, garantindo ao jovem, dentro da escola, um contato amplo com diversas áreas, todas elas podendo proporcionar a formação geral e possibilitar a profissionalização. A partir dessa concepção, precisamos transformar a realidade do ensino médio, e para essa transformação, é fundamental concebermos o homem como um sujeito ativo que cria seu meio, sua realidade e é produto deste meio, num movimento de ação do homem sobre a natureza, e a natureza agindo sobre o homem em um processo dialético, constantemente estimulado pelo ambiente externo, a internalizar o conhecimento construído ao longo da história.

Uma das características da LDB 9.394/96 é a prioridade dispensada a uma educação geral para os jovens do ensino médio, através do desenvolvimento das capacidades globais dos sujeitos, estimulando o saber pensar, refletir, saber fazer, comparar, interpretar, realizando a leitura e releitura do mundo que os cerca. A separação da formação geral da formação profissional proporciona aos alunos uma formação básica geral na escola e a formação profissional em período à parte, concomitantemente, ou após o término do ensino médio. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43), ao tratarem da formação básica geral na escola e a formação profissional, alertam “se o que se percebe não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos”. Diante disso e segundo Kuenzer (2007), as discussões sobre o ensino médio não entendem como possível uma formação profissional, sem uma sólida formação geral que põe em questão o desenvolvimento do currículo.

O desafio dos processos do ensino e da aprendizagem reside nos investimentos sistemáticos e contínuos para a qualidade da escola, em uma perspectiva inclusiva. A escola pública de qualidade, como ambiente de informação e formação para o desenvolvimento pessoal e coletivo, numa perspectiva democrática e cidadã, precisa promover a permanência dos sujeitos em seu âmbito, proporcionando a ampliação dos conteúdos socioculturais.

Acentua-se que a democratização da escola pública, de acordo com Libâneo (1989), dar-se-á pela garantia de acesso, permanência e qualidade de ensino para todos. Nessa perspectiva, a escola de ensino médio necessita objetivar-se para aspectos democráticos de convivência e do exercício da democracia, construindo um espaço de cidadania. Para darmos conta desse processo, não basta apenas seguirmos a legislação e inserirmos nas escolas toda a

população escolarizável, mas, principalmente, garantir a universalidade do direito à educação básica que implica a ampliação de sua oferta e a permanência dos sujeitos na escola.

Construir um ensino médio, nessa perspectiva, implica uma concepção de currículo que o considere como um nível de ensino de formação de sujeitos individuais e coletivos que trazem consigo a síntese da diversidade das suas vivências e experiências, e que o trabalho, ciência e cultura sejam resgatados para ações de compreensão e transformação do mundo contemporâneo.

Quando discorremos sobre a evasão escolar no ensino médio, necessitamos considerar as muitas restrições que permeiam esse nível de ensino. Restrições que acabam não oportunizando aos jovens as condições da igualdade e da qualidade educacional, repercutindo em uma decepção que o desmotiva e o leva a abandonar a escola, fato realizado principalmente pelos jovens oriundos das classes populares.

A evasão escolar é um dos relevantes temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública do país e permanece a ocupar um importante espaço no cenário das políticas públicas para educação nacional. Segundo Freire (2003), o combate tão atual contra os alarmantes índices de reprovação que acabam por ocasionar a expulsão de alto número de crianças das escolas, não passa do fenômeno que a ingenuidade, ou a malícia, de muitos educadores e educadoras denominam de evasão escolar. Para o autor, esses conceitos são expressões da ideologia dominante que leva as instâncias de poder, antes mesmo de assegurar-se das verdadeiras causas do intitulado “fracasso escolar”, conferindo toda a culpa aos educandos.

Pensar os desafios curriculares nesse contexto implica refletir sobre uma concepção curricular que considere a escola como um espaço de construção e reconstrução do conhecimento, tendo como horizonte a formação do cidadão participativo. Em face dessa assertiva, a escola de nível médio necessita desenvolver nos seus alunos as intelectualidades, tomando a base comum como princípio e não como fim, e tomando o trabalho como princípio educativo e como elemento da atividade humana e de liberdade política e social concretas. Construir um ensino médio nessa perspectiva incide em construirmos uma concepção curricular que o considere como um nível de ensino de formação de sujeitos individuais e coletivos, que trazem consigo a síntese da diversidade das suas vivências e experiências, e que o trabalho, ciência e cultura sejam resgatados para ações de compreensão e transformação do mundo contemporâneo.

Sob essa égide, há que se considerar a importância do conhecimento sistematizado e organizado de modo conceitual, que pelo dinamismo recorrente do tempo da juventude tratam conteúdos e métodos para o ensino médio. Daí emerge a discussão de como os conteúdos serão mediados para esses jovens. Para Kuenzer (2007), a escola necessita considerar diferentes métodos de ensino uma vez que não é homogênea. É importante destacar que cabe à escola e à comunidade, sem desobrigar o Estado das suas responsabilidades, proporcionarem novas oportunidades de aprendizado para seus alunos, além de considerar a diversidade de interesses e, em decorrência disso, proporcionar experiências práticas da realidade no trabalho pedagógico.

Kuenzer (2007, p. 48), ao citar o parecer da relatora das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) sobre a organização das atividades diversificadas da escola enfoca que: “Escolas, segundo suas especificidades locais e alunado, poderão oferecer opções que vão dos estudos mais abstratos e conceituais, aos programas que alteram a formação escolar e experiência profissional; dos currículos mais humanísticos aos mais científicos ou artísticos”.

Portanto, a reflexão da autora e da legislação atual ressaltam que a organização escolar cabe, também, à equipe pedagógica, e que a participação de todos é determinante na qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa na formação dos alunos. A organização de atividades práticas coordenadas pelos seus profissionais favorece aos cidadãos a formação coerente ao longo do processo de escolarização básica.

Elaborar aulas e atividades práticas na escola é um processo que necessita manter a qualidade e estruturação do conhecimento, de forma que caminhem para o desenvolvimento determinado pelo fazer e aprender através da interação com o trabalho, com outras pessoas e com as relações que da experiência emerge, influenciando na maneira significativa sobre o que e como os alunos aprendem. É importante destacar que, ao abordar a autonomia das escolas do Ensino Médio para o desenvolvimento do currículo, tendo em vista uma escola que seja mais atraente e que a interdisciplinaridade e a contextualização sejam consideradas, não se pode deixar de considerar a atual política pública de avaliação deste nível, que é centrada no rendimento escolar do aluno, que se traduz pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM³, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, constitui-se como um dos aspectos preponderantes decorrentes

³ O ENEM foi instituído pela Portaria n. 438, de 28 de maio de 1998, com os objetivos de conferir ao cidadão parâmetro para a autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de

da reforma do ensino médio, a partir da LDB 9394/96. Os objetivos originais do ENEM à época, quando fora instituído em 1998, foram sofrendo modificações e, a partir de 2009, ENEM⁴, apresenta entre os objetivos, no inciso VII “promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior” (2009). Dessa forma, faz-se necessário considerar que a perspectiva de continuidade dos estudos na Educação Superior, supõe que o aluno/jovem, egresso do ensino médio, tenha tido acesso a um ensino de qualidade sociocultural.

DESVELANDO OS DESAFIOS CURRICULARES DA EVASÃO ESCOLAR

As informações proporcionadas pelas escolas, no que se refere ao número total de matrículas e de evasão na 1ª série do ensino médio de Joaçaba, SC possibilitaram constatar que, o número total de registro de matrículas na 1ª série do ensino médio de Joaçaba, SC, no ano de 2008, em relação ao ano de 2007, teve um decréscimo de 13,8%. No ano de 2009, em relação ao ano de 2008, teve um acréscimo de 22,2%, e de 5,4% em relação ao ano de 2007. No que tange à evasão, o número de jovens evadidos na 1ª série do ensino médio de Joaçaba, SC, no ano de 2008, em relação ao ano de 2007, teve um decréscimo de 1,5%. No ano de 2009, em relação ao ano de 2008, teve um decréscimo de 5,9% e de 8,7% em relação ao ano de 2007.

Entre os anos de 2007 e 2008, houve um ligeiro acréscimo no percentual de alunos que se evadiram, porém, esse pode ser considerado desprezível estatisticamente, ainda que o anseio seja de diminuição do número de alunos evadidos, conforme constatado em 2009, cujo percentual de evasão fora de 18%. Tais índices apontam a diminuição do percentual de evasão escolar dos alunos matriculados na 1ª série do ensino médio, embora em números relativos haja uma proximidade, cuja média equivale a 67 alunos evadidos.

trabalho; criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós médio.

⁴ De acordo com o Art. 2º da Portaria MEC nº 462, de 27 de maio de 2009, constituem objetivos do Enem: I - oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho; III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior; IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais; V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); VI - promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global; VII - promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior.

A análise das entrevistas realizadas nas duas escolas públicas de ensino médio de Joaçaba, SC, possibilitou-nos constatar que a concepção de ensino médio que prevalece é a de preparação para a educação superior, exercício profissional e trabalho, aquisição de conhecimentos e formação do cidadão participativo. Tal concepção é consoante com os objetivos do ensino médio presentes na LDB 9.394/96. Para que esses objetivos sejam atingidos, porém, há necessidade de políticas públicas que favoreçam o acesso, a permanência e a qualidade social da educação para todos.

Pensar uma educação de qualidade social requer que os fatores que afastam os alunos da escola sejam menos influentes, o que situa a necessidade das causas de evasão escolar serem investigadas, a fim de que este fenômeno seja minimizado.

Nas entrevistas, evidenciou-se que entre os maiores desafios do ensino médio, os sujeitos pesquisados apontaram com maior ênfase, o interesse do aluno, o acesso e a permanência deste na escola, o que nos remete a problematizar ao processo de redemocratização da escola pública, que requer a garantia de acesso, permanência e ensino de qualidade sociocultural, cientes de que esse processo requer a problematização do currículo escolar. O enfoque ao interesse do aluno como aspecto preponderante entre os desafios do ensino médio põe em questão o currículo desenvolvido no cotidiano escolar e convida educadores a refletirem sobre a importância da construção coletiva e participativa do Projeto Político Pedagógico, que implica momento profícuo para se pensar ações que venham ao encontro do desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam inclusivas e considerem a diversidade e as necessidades do aluno/jovem inserido na atual sociedade. O jovem pertence a uma sociedade que se caracteriza pelo imediatismo e tem acesso às informações por meio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação- TIC, o que implica fator também para distanciá-lo do currículo escolar, que por vezes é tratado distante da sua realidade.

À medida em que esse aluno/jovem não encontra na escola algo que lhe atraia e que o motive aos estudos, seja considerando o seu processo, seja considerando as oportunidades advindas à época da sua conclusão, a tendência a se afastar da escola é intensificada, o que pode ocasionar a evasão escolar.

Para Abramovay e Castro (2003, p. 532), “no caso das escolas públicas, observa-se que os níveis de abandono são maiores no noturno” confirmando a realidade expressa pelo depoimento e os estudos realizados pelas autoras em âmbito de Brasil. De acordo com Kuenzer (2007), este é um problema recorrente nessa fase da vida dos jovens, porém, não pode

continuar afetando alunos do Ensino Médio, pois difere da finalidade da escola em todos os níveis de ensino, como importante instituição no processo histórico de destruição das desigualdades. A autora chama aqui, a responsabilidade de políticas públicas atentas ao jovem, considerando suas especificidades para enfrentamento da evasão e da repetência.

A melhoria das condições de sucesso e permanência dos estudantes depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade do ensino: em equipamentos, em ampliação de espaços físicos, na qualificação permanente dos professores. Entretanto, nada será suficiente se não houver um rigoroso esforço na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as demandas da educação do jovem e da sociedade, em face da nova realidade social produtiva (KUENZER, 2007, p. 45).

É interessante observar que o compromisso com o Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual demanda um envolvimento coletivo, em uma perspectiva de gestão democrática, tenha sido silenciado na voz dos pesquisados. Os espaços de construção coletiva gerados no interior da escola mobilizam os envolvidos em um processo de reflexão que tem caráter formativo. Pensar a formação permanente dos professores, requer o entendimento da importância da formação em serviço, que não se limita ao oferecimento exclusivamente de cursos, seminários entre outros, mas é decorrente de todo o processo que implica a criação e recriação de conhecimento.

Para os sujeitos pesquisados, a dificuldades dos alunos/jovens conciliarem escola/trabalho constitui a principal causa da evasão escolar na 1ª série do Ensino Médio, o que reflete que a condição sociocultural constitui fator preponderante para a conclusão dos estudos ou não, no Ensino Médio. Esse aspecto, porém, não constitui fator isolado, pois para os sujeitos pesquisados, a participação e o apoio da família, além do desinteresse dos alunos, também constituem causas da evasão escolar. A participação e o apoio da família podem ser potencializados, à medida que haja articulação entre a escola, família e a comunidade, o que implica uma gestão democrática e participativa.

Em relação ao desinteresse dos alunos, mais uma vez, acentuamos a necessidade de se pensar e repensar um currículo que considere a realidade dos alunos/jovens, o que requer o desenvolvimento de uma metodologia de ensino diferenciada conforme aspecto destacado quando os sujeitos pesquisados foram questionados sobre as ações promovidas pelas escolas para evitar a evasão escolar dos alunos matriculados na 1ª série do ensino médio.

Uma escola democrática necessita que o diálogo e a negociação sejam uma prática construída no coletivo e no cotidiano da escola, aspectos esses, presentes nas falas dos

sujeitos entrevistados, no que tange às ações da escola no intuito de minimizar o índice de evasão escolar. Há, porém, que se considerar que a escola sozinha não dá conta desta tarefa, de natureza complexa e multidimensional. Nesta perspectiva evidencia-se a necessidade de políticas públicas que assegurem ao aluno/jovem o direito de acesso, permanência e qualidade sociocultural de ensino.

Para Gadotti (1995), a escola vive um tempo de crise da utopia que nos faz refletir sobre suas múltiplas manifestações. Chama-nos atenção para a compreensão do aluno, respeito ao cidadão de um novo tempo, que necessita estar inserido em um ambiente de se considerar o multiculturalismo, exigindo dos educadores atenção às diferenças. Tais alunos almejam e, de fato, têm o direito à educação para não sofrerem os maus tratos da opressão. Desse modo, a escola necessita valorizar e efetivar a educação básica para todos, estabelecendo atividades e conteúdos relacionados aos interesses da sua clientela. A escola de nível médio precisa ser uma ambiente de competência, ou seja, que possua a habilidade de realizar diagnósticos de obstáculos, organizar e dirigir inovações, novas situações de aprendizagem, frente às condições presentes.

É importante que os profissionais da escola identifiquem nas considerações da comunidade escolar suas insatisfações com a realidade e desenvolvam habilidade para motivar a interação de todos no objetivo de desenvolver novas alternativas para superação do problema da evasão, o que nos mobilizou a questionar aos sujeitos pesquisados, quais as ações promovidas pela escola para evitar a evasão escolar dos alunos matriculados na 1ª série do ensino médio.

Os participantes destacaram como ações, a utilização de metodologia diferenciada, diálogo e negociação como as principais. Outras como relações interpessoais, projetos de ensino, cumprimento da legislação, e a articulação família/escola também aparecem, por conseguinte. Os educadores entrevistados demonstraram que as escolas realizam ações para evitar a evasão escolar. A utilização de metodologias diferenciadas é a ação mais usada pelas escolas para motivar os alunos a permanecerem na 1ª série do ensino médio. Quanto ao ensino médio noturno, os entrevistados enfatizam que as metodologias de ensino também são, na medida do possível, diferenciadas aos alunos deste período. Os alunos do noturno geralmente são jovens já inseridos no mundo do trabalho e necessitam, em função da realidade que exige conciliar os estudos e o trabalho, de uma pedagogia que os torne envolvidos nos processos do ensino e da aprendizagem.

Os entrevistados expressaram que as escolas estão atentas às necessidades dos jovens e as suas vontades no tempo contemporâneo. As respostas dos entrevistados nos possibilitam

perceber que a organização do ensino na 1ª série do ensino médio de Joaçaba, SC compreende as diferentes formas de apresentação do jovem no mundo. Compreendemos a necessidade desse ensino, superar as perspectivas enciclopedista e espontaneísta, de modo que se acrescente ao currículo mínimo exigido para o ensino médio atividades que favoreçam a permanência e a motivação dos jovens do ensino médio.

Essas experiências integradas às atividades cotidianas do ensino médio proporcionam a formação do educando e possibilitam experiências elevadas sobre o mundo através da escola ativa e criadora, comprometida com o movimento para a formação humana, relação entre escola/trabalho, ciência e cultura, revelando-se como uma instituição de formação e transformação do jovem de ser adaptado em cidadão crítico e participativo preparado para sua inserção no mundo material e social.

A maioria dos entrevistados, porém, evidenciou que não existem políticas públicas para permanência do jovem, aluno da 1ª série do ensino médio. A negação da existência de políticas públicas voltadas para a permanência dos jovens na 1ª série do ensino médio, considerando a fala da maioria dos sujeitos que participaram da entrevista, denota necessidade premente de se considerar com seriedade este terceiro nível de ensino que integra a Educação Básica no Brasil. Podemos observar através das entrevistas que são ações da própria escola que buscam amenizar a evasão escolar.

Tais considerações demonstram que enquanto persistir essa realidade, o Brasil estará reproduzindo sua ineficiência educacional, na luta contra as injustiças sociais e conservando-as como proposta da sociedade capitalista que vivemos. Isso demonstra que o Brasil precisa se preocupar com o conhecimento que a demanda de jovens necessitam para o enfrentamento da vida e inserção no mundo do trabalho considerando que o ensino médio urge políticas públicas que contemplem suas especificidades, enriquecendo o ensino oferecido e dando significado a este nível de ensino através de uma concepção definida sem a égide do capital.

É fundamental considerar que o ensino médio precisa preparar o aluno/jovem em face de uma escola organizada sob a lógica da preparação do cidadão participativo promovendo a organização compatível com o mundo contemporâneo e conciliando a necessidade do trabalho e o desejo e oportunidade de estudar e prosseguir nestes com sucesso.

A análise das entrevistas realizadas nas duas escolas públicas de ensino médio de Joaçaba, SC, possibilitou-nos constatar que a concepção de ensino médio que prevalece, é a preparação para a educação superior, exercício profissional e trabalho, aquisição de conhecimentos e formação do cidadão participativo. Tal concepção é consoante com os objetivos do ensino médio presentes na LDB 9.394/96. Porém para que esses objetivos sejam

atingidos, mais uma vez, há necessidade de políticas públicas que favoreçam o acesso, a permanência e a qualidade social da educação para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios da evasão escolar na 1ª série do ensino médio no município de Joaçaba, em Santa Catarina, convergem para a reafirmação do conservadorismo pedagógico, recorrente da reafirmação da histórica divisão social do trabalho existente no Brasil. A pesquisa oportunizou-nos perceber que uma pertinente proposta para os desafios encontrados nesse nível de ensino sejam enfrentados, considerando-se a diversidade e o compromisso com uma educação que tenha como foco a inclusão social, o que implica repensar o currículo do ensino médio. Sob essa égide, urge que haja investimentos públicos para efetivação de um ensino médio que priorize as atividades intelectuais atreladas à produção da cultura, ciência e tecnologia, com vistas à construção da cidadania participativa e preparação para o mundo do trabalho. Dessa forma, estaremos contribuindo para mudar a história desse nível de ensino, oferecendo aos jovens uma educação que valorize as experiências, através da aplicação do conhecimento erudito em experiências concretas e vivências experienciadas pelos jovens.

A oportunidade de vivenciarmos o conhecimento possibilita-nos a percepção de não o distanciarmos da nossa realidade, ensejando o desenvolvimento do aprendizado nos grupos sociais dos quais fazemos parte, problematizando situações, questionamentos da realidade, criticidade e intervenções que transformem nossa realidade. Para tanto, os movimentos aqui propostos estão intimamente ligados ao real conhecimento das motivações do problema da evasão escolar e do ensino médio para atuarmos de maneira rigorosa no enfrentamento dos desafios que os circundam.

A pesquisa denota que a dificuldade dos alunos/jovens conciliarem a escola/trabalho é a principal causa da evasão escolar na 1ª série do ensino médio, seguida da não participação e o apoio da família na escola e para prosseguimento dos estudos, o que acaba desmotivando os alunos/jovens e desencadeando o desinteresse pela escola nessa fase da vida. As principais causas apresentadas ao desinteresse dos alunos/jovens pela a escola, constatadas por meio da pesquisa, reside na escola pública não ser atrativa para os alunos/jovens e estes buscarem fora da instituição escolar, obter maior reconhecimento pelas suas conquistas.

A investigação realizada, por meio da voz dos sujeitos articulada ao aporte teórico, revela a necessidade do ensino médio definir uma concepção de currículo que valorize os contextos de onde os jovens são oriundos e, nesta perspectiva, atue em prol do desenvolvimento humano e preparação do jovem para o mundo do trabalho.

Quanto ao fenômeno da evasão escolar, percebemos na essência das respostas dos sujeitos séria preocupação, pois a evasão escolar encerra sonhos e oportunidades dos jovens. As contribuições dos sujeitos entrevistados oportunizaram na análise considerarmos que os jovens do ensino médio precisam de atenção, incentivo, um ensino atraente e que se diferencie pela qualidade, para que não desistam dos estudos em função da necessidade do exercício das atividades laborais, tendo em vista que, a atenção destinada ao emprego, faz emergir a baixa frequência na escola, refletindo em altos índices de faltas e resultando em baixo rendimento escolar, expresso nas notas baixas e, por consequência, o aluno acaba desestimulado e se evade. Essa realidade conflita com a democratização da educação que implica acesso, permanência e sucesso escolar, tendo por base um ensino de qualidade sociocultural.

Sem caráter prescritivo e sem esgotar o assunto, devido a sua complexidade revelamos caminhos que podem contribuir para ações que realmente garantam uma aproximação das políticas públicas, escolas, alunos/jovens e sociedade. A articulação entre essas instituições torna-se fundamental na busca de construir uma Educação Básica que garanta acesso, permanência e ensino com qualidade sociocultural.

A alternativa é o conhecimento sem censura ou qualquer tipo de preconceito, que possa nos desviar para um enfrentamento demagógico e sem efeito qualitativo. Nesse sentido, no processo de construção e desenvolvimento curricular temos que considerar o ensino médio como um nível de ensino que vise à formação de um jovem polivalente na contemporaneidade, por meio de condições reais de uma política educacional voltada para o acesso universal, permanência e qualidade do ensino, que se traduz na democratização da escola pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. **A dupla face do trabalho**: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (Orgs.). A experiência do trabalho e a educação básica. Ed. DP&A, 2002.

_____. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento**: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001, p.25-51.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília- DF: MEC / SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo- SP: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. **Desafios Educativos na Realidade Sociopolítica Brasileira de Hoje**. 1995. Disponível http://www.paulofreire.org/pub/Institucional/MoacirGadotti_ArtigosIt0001/Desafios_educativos_1995.pdf

KUENZER, A. Z. . **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. Educação e Sociedade, ano XXI, n. 70, pp. 15- 39, abr. 2001.

_____. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5. ed., São Paulo- SP: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

RIOS, T. A. **Compreender e Ensinar: por uma docência de melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.